



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1 de setembro 2011

Ata nº

06

Ata nº 06 | 01 setembro 2011

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniu nesta cidade do Cartaxo, no Centro Cultural Município do Cartaxo, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, o Sr. Fernando Manuel Duarte dos Santos, coadjuvado pelo 1º Secretário, o Sr. António José de Amendoeira Pêgo e pelo 2º Secretário, o Sr. Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio. _____

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: _____

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD _____

Bernardo José Martins Pereira, PS _____

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD _____

António José de Amendoeira Pêgo, PS _____

Pedro Miguel Barata Almeida, PSD _____

António Pedro Mendonça Vieira, BE _____

Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, PS _____

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD _____

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS _____

Maria Emília da Graça Soares, CDU _____

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS _____

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD _____

Hugo Albuquerque, PS _____

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PPD/PSD _____

Ana Paula Chaves, PS _____

Maria Odete Lúcio Cosme, BE _____

Fernando José Domingos, PS (em substituição) _____

Rodrigo António Rodrigues, CDU _____

Fernando Manuel Nunes Dias, PS (em substituição) _____



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Luís Salgueiro, PS -----
João Vasco Clemente, PSD -----
Rogério Luís Dias Santos, PS -----
José António Coelho Sobreira, PS -----
Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
Joaquim Edgar C. Oliveira, PS -----
Fernando de Jesus Ramos, PS -----
Maria da Conceição Nogueira, PS (em substituição) -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-Presidente de Câmara, o Senhor, o Senhor Vereador Fernando Martins, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Prof. Mário Júlio. -----

O Sr. Dr. Pedro Monteiro (PS), nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Fernando Domingos (PS). -----

O Sr.ª Dr.ª Joana Vergas (PS), nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Fernando Dias (PS). -----

O Sr. Luís Nepomuceno (PS), nos termos legais, pediu a sua substituição pela Sr.ª Maria da Conceição Nogueira (PS). -----

O Sr. Délio Modesto Pereira (CDU) não esteve presente mas, apresentou justificação. -----

O Sr. Fernando Ramos (PS) não esteve presente mas, apresentou justificação. -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a presente sessão quando eram dezassete horas e vinte minutos. -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente, em exercício, deu início à Assembleia convidando dois membros para constituírem a Mesa, nomeadamente o Sr. António Pêgo, para 1º Secretário e o Sr. Jorge Pisca para, 2º Secretário. Perguntou se alguém se opunha. -----

Tomada de Posse Dr.ª Ana Paula Chaves: -----

O Senhor Presidente, em exercício, deu posse ao Dr.ª Ana Paula Chaves que substituiu a Dr.ª Maria Manuel Simão, após a última ter pedido a renúncia do mandato. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Hélia Baptista (PSD), tomou a palavra e cumprimentou a Mesa, os Vereadores, comunicação social e o público. -----

-- Começou por falar de uma situação que tinha sido apresentada pelos habitantes dos Casais Lagartos, nomeadamente, uma situação de perigo numa das ruas, tendo já ocorrido 11 acidentes. A rua em questão, era a Rua da Capela, que no sentido Casais Lagartos – Cruz do Campo tinha uma curva onde se despistavam alguns carros. As pessoas alegavam as más condições do piso. -----

-- Informou que o Sr. Presidente da Junta já sabia da situação. -----

-- Pediu a intervenção do executivo da Câmara, por forma, a solucionar esta questão. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-- Colocou uma outra situação face ao contrato de concessão da exploração e gestão dos serviços públicos na gestão de água e na drenagem de águas residuais estabelecido entre a Câmara e a Cartágua quis relembrar que na freguesia de Pontével existiam aldeias que não tinham saneamento. -----

Requerimento da CDU sobre a alteração dos pontos da ordem de trabalhos: -----

O Senhor Presidente, em exercício, informou que tinha dado entrada na Mesa um requerimento da CDU. De seguida, passou a lê-lo. **(Anexo 1)** -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), disse que concordava com o requerimento da CDU. -----

-- Relembra ao Presidente, que a Assembleia Municipal era soberana e a mesma poderia decidir sobre a inscrição do público que queria intervir. -----

O Senhor Presidente, em exercício, lembrou que houve um período para inscrição do público, tendo-se inscrito um cidadão. Relembra que a Assembleia Municipal tem um regimento onde consta o procedimento das intervenções do público. -----

-- Deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), começou por fazer os cumprimentos à Mesa, ao Executivo Municipal. -----

-- Informou que não via inconveniente em não existir período antes da ordem do dia e começar na ordem de trabalhos. -----

-- Referiu que os 3 partidos da oposição, PSD, CDU e BE, requereram uma assembleia extraordinária para discutir o assunto das águas e que tinha sido o Presidente a decidir fazer uma sessão ordinária e acrescentar mais pontos à ordem de trabalhos. -----

-- Relembra que se existisse período antes da ordem de trabalhos, este teria a duração de, pelo menos, 1.30h, seguido de um intervalo de 15 minutos; acrescentando o tempo que iria demorar a discussão do 1º e 2º ponto da ordem de trabalhos, faria com que o pronto que interessasse aos munícipes fosse discutido perto da hora de jantar. -----

-- Por isso, concordava com o requerimento da CDU e acrescentou que não via inconveniente em que se aceitasse mais inscrições do público. -----

O Senhor Presidente, em exercício, deu a palavra à Prof.ª Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares (CDU), cumprimentou a Mesa e os presentes. -----

-- Informou que a CDU ao fazer o requerimento já tinha previsto que tal sucedesse, que os trabalhos se prolongassem e que o público poderia não ter tempo para expor as questões. -----

-- Concordou com que as pessoas pudessem inscrever-se para falarem, dentro das regras do 'bom comportamento'. -----

O Senhor Presidente, em exercício, deu a palavra ao Dr. Bernardo Pereira. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira (PS), apresentou os devidos



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimentos a todos os presentes. -----

-- Usou da palavra para dizer que o PS apreciava as " regras de princípio" e quando não existia regras era mau para todos. Informou que o que o Presidente da Assembleia Municipal estava a querer dizer, era quando o edital da Assembleia era publicado, existia um regimento da mesma onde indicava qual o período de inscrição do público. Tendo-se referido que nesse período só se tinha inscrito uma pessoa. -----

-- Deste modo, concluía-se que o Presidente só estava a dar conhecimento da lei mas, que não estava a impedir ninguém de falar. -----

O Senhor Presidente, em exercício, advertiu o público presente que se está numa Assembleia e para tal deve haver algum respeito, solicitando que o mesmo não interrompesse as intervenções. ---

-- Pediu ao Dr. Bernardo Pereira para continuar. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira (PS), referiu que não era a primeira vez que a Assembleia propunha alteração dos trabalhos, daí não via qualquer problema da mesma ser aprovada. No entanto, face à forma como estava elaborado, deveria ser considerada proposta e não requerimento porque este último era lido e aprovado de imediato. -----

-- Concordou que o ponto fosse antecipado. -----

O Senhor Presidente, em exercício, deu a palavra à Prof.^a Emília Soares, passando à votação de seguida. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), disse que tinha dito aos colegas de bancada, que como era requerimento o Presidente não devia ter posto à discussão. ----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade, o Requerimento da CDU sobre a alteração dos pontos da ordem de trabalhos, com 27 votos a favor, 16 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

O Senhor Presidente, em exercício, informou que iria dar a palavra ao munícipe que se tinha inscrito mas, que aceitaria mais inscrições do público. -----

-- Deu a palavra ao Sr. Eng. João António Simões. -----

O Sr. Eng. João António Simões, cumprimentou todos os presentes. -----

-- Disse que tinha feito uma impressão do jornal " O Fundamental", on-line, onde o Presidente da Câmara, em entrevista, afirmara que a fatura (água) de Setembro, passaria para 7 a 8 euros face às últimas que se tinham cifrado nos 20 euros. -----

-- Daí este fato ter vindo dar razão à indignação gerada em torno da questão das faturas da água. Questionou se fora preciso tal indignação para se chegar a essa conclusão. -----

-- Face às instalações da Cartágua, alertou que a mesma não tinha sinalética, detetores de incêndio e extintores, bem como, a inexistência de alvará de utilização. -----

-- Refere que o horário para pagamento na Cartágua era até às 15 horas mas, quem chegasse lá antes e, que por motivos de expediente tinha de efetuar o pagamento da fatura após essa hora, o



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

multibanco já não se encontrava a funcionar. -----

– Questionou se não existiam na zona laboratórios credenciados que pudessem efetuar análises à água. Informou que a última análise publicada pela Cartágua, dava a entender que a água estava contaminada por partículas fecais. O edital em questão não estava afixado nos locais de estilo, alertou. Acrescentou que o laboratório tinha incidido a análise em Vale da Pedra. -----

– Uma vez que as partículas em causa criavam graves problemas de saúde, questionou se a Câmara tinha dado conhecimento à delegação de saúde e porque é que no site da Cartágua as análises tinham ficado indisponíveis, desde o dia 1 de Julho. -----

– Disse que tinha alugado um espaço comercial e cujo inquilino solicitara a mudança de contador na Cartágua. No entanto, no mês seguinte à mudança a fatura da água ainda vinha em seu nome (proprietário), tendo-se repetido nos meses seguintes. Explicou que fora à Cartágua, em fevereiro, anular a fatura e que tinham informado que o assunto ficava resolvido, o que não tinha sucedido porque surgira outra fatura no mês seguinte. Daí cancelou o débito direto no banco tendo sido informado pela Cartágua que a fatura tinha sido devolvida por falta de pagamento. Face a isso questiona a organização da empresa. -----

– Disse que um dos laboratórios acreditados para análise da água era o do instituto Ricardo Jorge. -

– Informou, ainda, que um barbeiro no Cartaxo, não tinha gasto água e tinha pago cerca de 6 euros de saneamento. -----

O Sr. Dr. Dário Nogueira, cumprimentou os presentes. -----

-- Informou que estava presente na condição de Presidente do Jardim de Infância do Cartaxo (JIC), queria alertar a Câmara para algumas questões. Disse que o Jardim de Infância do Cartaxo pagava 300 euros de água e destacou o papel social do mesmo no Concelho. -----

-- Sentiam a dificuldade das famílias em pagar as mensalidades mas que iriam continuar a dar esse apoio. Referiu o protocolo com a Câmara do Cartaxo face às AEC's e às refeições fornecidas a alguns alunos do 1º ciclo. -----

-- Tendo já falado com o Presidente e Vice-Presidente da Câmara, tinha que dizer publicamente que a 2ª fatura da água tinha um valor de 1300 euros. Informou que consumiram 404 m3 de água, num dos contadores mas, que num outro que tinham e que não estava a funcionar tinham sido faturados 136 m3. -----

-- Mostra-se indignado com a quantidade daquilo que apelida por 'erros'. Informou que iria cessar os débitos diretos e que iria pedir uma reunião conjunta com a Câmara e com a Cartágua, para verificarem aquela situação. -----

O Sr. Fernando Silva, começa por fazer alusão a uma situação que se tem vindo a verificar no Cartaxo, nomeadamente, face ao estado das passadeiras para peões. Já tinha questionado, se um dia houvesse um acidente, de quem seria a culpa. -----

– A Polícia informara que se encontravam sinais que indicavam a aproximação de passadeira mas, pelo que constatou existiam poucos. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

– Informou que se tinha dirigido à Câmara para falar com o responsável pelo trânsito e que não tinha sido recebido, tendo sido entrevistado pelo telefone. Foi informado que o Sr. Vítor Varela iria resolver a questão mas, tinha ido e vindo de férias e o problema persistia. -----

– Falara com o Vice-Presidente sobre a situação e a solução tinha sido cair as passadeiras junto à sua habitação mas, as restantes passadeiras não estavam pintadas. -----

– Disse que alguém tinha de ser responsável caso existisse algum acidente e que a situação em causa não poderia continuar. Uma vez que o responsável pelo trânsito era o Sr. Vítor Varela, se ele não cumpria deveria de ser chamado à atenção. -----

O Sr. José Brás, cumprimentou os presentes. -----

– Relembrou que na última Assembleia tinha falado sobre as pedras na Rua Batalhoz e que passado alguns dias verificara que as mesmas permaneciam lá. -----

– Referiu que tinham afirmado que o preço da água tinha diminuído mas que o valor da sua fatura estava igual. -----

– Pediu para quando existissem editais os mesmos fossem afixados nos locais de estilo porque muitas pessoas não percebiam de internet e não conseguiam consultar esses editais. -----

– Referiu a questão das passadeiras, dizendo que ia atropelando uma criança numa, junto à rotunda do Mini Preço porque não havia iluminação suficiente. Comunicou à Polícia o caso e à Câmara a necessidade de mais luz naquela zona. -----

O Senhor Presidente, em exercício, deu a palavra ao Sr. Presidente para prestar alguns esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Câmara, disse que tinha tomado nota das situações de trânsito que tinham sido apresentadas, apesar de estar consciente da situação. Informou que estava a tentar resolver essa questão o mais rápido possível em parceria com a Junta de Freguesia de Pontével. --

– Face ao abastecimento de água e saneamento básico, disse que existiam zonas fora do perímetro urbano, que mereciam a rede de esgoto, estando esse assunto a ser acautelado. -----

– No tocante às passadeiras e à iluminação iam tentar reforçar, sobretudo na cidade, valorizar e beneficiar a questão das passadeiras e da iluminação e por forma, que a pintura nas passadeiras dure alguns anos. -----

– Face às restantes obras que tinha sido focadas, já se tinha pronunciado sobre as mesmas na última Assembleia. -----

– Relativamente à questão da água, disse que reservada alguns esclarecimentos para aquando da discussão do ponto. -----

– Terminou, agradecendo os contributos apresentados. -----

O Senhor Presidente, em exercício, informou que o período de intervenção do público já tinha terminado mas, dadas as circunstâncias daria a palavra a mais um munícipe. -----

– Deu a palavra ao Sr. Manuel António. -----

Sr. Manuel António, informou que morava nos Casais Lagartos, a 50 metros da Escola do 1º Ciclo



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e que não existiam semáforos de velocidade controlada. Caso não fosse possível colocar os mesmos, devido ao preço, achava que se deviam colocar lombas para moderar a velocidade. -----

O Senhor Presidente, em exercício, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), afirmou que gostaria que o Presidente da Câmara, no ponto sobre as águas, falasse nas análises apresentadas pelo Eng. Simões. -----

-- Sobre a questão das passadeiras, era da opinião que os munícipes tivessem o direito a questionar e que eles, membros da Assembleia e Executivo, tinham de dar as devidas explicações. Assim sobre o trânsito e as passadeiras, aconselhavam as pessoas a irem às Assembleias de Freguesia. -----

-- Disse que o Sr. Salgueiro era eleito para estar atento às situações descritas e fazer alguma pressão sobre a Câmara. -----

-- Referiu que a intervenção do público era muito importante para a resolução mais célere de algumas questões. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 – ELEIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, em exercício, informou que entrara uma proposta na Mesa com o nome de 3 pessoas e perguntou se existiam mais propostas. -----

-- Assim disse que tinha dado entrada uma proposta do PS e outra do PSD. A proposta do PS, seria intitulada 'lista A' e a do PSD 'lista B'. -----

-- A 'lista A' era constituída pelo Sr. Fernando Santos (Presidente), pela Dr.^a Joana Vergas (1.^a Secretária) e pelo Sr. Jorge Pisca (2.^o Secretário). A 'lista B' era constituída pelo Eng. Pedro Barata (Presidente), pelo Sr. Paulo Mota (1.^o Secretário) e pelo Dr. Gonçalo Gaspar (2.^o Secretário). -----

-- Deu a palavra ao Eng. Pedro Barata. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata (PSD), começou por cumprimentar os presentes. -----

-- Perguntou se o candidato da lista A queria proferir algumas palavras, uma vez que existiam duas listas. Achando correto que os candidatos a Presidente do órgão o fizessem. -----

O Senhor Presidente, em exercício, respondeu que o fazia após a eleição. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata (PSD), informou que gostaria de proferir algumas palavras. -----

-- Queria dizer a todos os membros da Assembleia e ao público que eles representavam uma lista com um projeto distinto da lista A. Alega que esta última não queria apresentar ideias porque queria manter o que vinha a ser feito. -----

-- Fez alusão à demissão da Dr.^a Maria Manuel devido a divergências entre esta e o Presidente, em exercício. Daí afirmar que não existia nenhuma 'nevoa' sobre a lista B e considerava que a Mesa da Assembleia deveria de ser apartidária, devendo ser composta por vários membros dos partidos



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representados. -----

– Disse que tinham feito convites a todos os partidos e que compreendia a decisão de cada um deles, justificando a forma como a lista do PSD tinha sido apresentada. -----

– Informa que a lista B tinha um determinado ideal: Assembleias mais participadas, assim como, procurar que a mesma se aproximasse mais dos munícipes, promovendo sessões nas freguesias.--

– Devido a alguns enganos nas contagens de votos, prometeu que, no seu caso, não iria enganar-se nas mesmas. -----

– Afirmou que deveriam de ter sido criadas condições para os membros poderem expressar o seu voto, que era secreto. -----

– Terminou dizendo que estava convicto que os membros da Assembleia iriam votar de acordo com as pessoas e não de acordo com as cores partidárias. -----

O Senhor Presidente, em exercício, informou que as pessoas poderiam votar, usando o espaço lateral do palco, que estava coberto e onde estava a urna para os membros depositarem o voto. Por isso, os membros não votavam nos lugares onde estavam sentados. -----

– Deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), disse que lamentava os nomes que a lista do PS tinha apresentado porque já tinham feito queixa do candidato a Presidente, por denegação de justiça numa Assembleia acusando de o ter feito a pensar no partido que representava. -----

-- Referiu que face a outro membro da lista, o BE já tinha feito, igualmente, queixa dado que este era um fornecedor da Câmara Municipal. Face à terceira pessoa, a mesma era funcionária da Câmara e, por isso, tinham consciência que entre as opiniões pessoais da mesma e o patrão (Câmara Municipal), por vezes, era a ideia do patrão que prevalecia por causa do salário. -----

– Confirma que o PSD convidara o BE a participar na lista mas, este último não aceitou. No entanto, que iriam votar na lista B porque acreditavam naquilo que o PSD tinha dito aquando do convite para o BE integrar a lista. -----

O Senhor Presidente, em exercício, disse que sentia que pertencer à Assembleia Municipal era algo digno. -----

-- Referiu que estava ligado ao poder autárquico há mais de 25 anos, tendo sido Presidente de uma Junta de Freguesia por 16 anos. Daí se a Mesa fosse composta pela lista A, seria muito digna, conclui. -----

– Deu a palavra à Prof.^a Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), propõe que o Presidente da Assembleia mande afixar em local público o regimento da Assembleia Municipal para que as pessoas percebam quais são as regras, nomeadamente, as da intervenção do público. -----

Um membro do público (que não se consegue identificar), afirmou que as Assembleias eram para o povo falar. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), esclareceu que fora a CDU que tinha feito um requerimento para se alterar a ordem de trabalhos, para o público poder ter mais tempo para falar. -----

-- Disse que a CDU tinha sido convidada pelo PSD e que não tinha aceitado, porque só tinha 3 membros na Assembleia que eram necessários para a discussão política. -----

-- Termina, propondo que o Presidente da Mesa convidasse um membro da CDU e do BE, para serem escrutinadores do ato (da votação). -----

O Senhor Presidente, em exercício, seguindo a proposta da CDU, convidou um membro do BE e da CDU para efetuarem o escrutínio. Pediu ao 2º Secretário que mostrasse a urna vazia. -----

--De seguida, deu início à votação, chamando os membros da Assembleia, através da lista de presenças. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, a proposta "A" apresentada pelo Grupo do PS para a constituição da Mesa da Assembleia Municipal, indicado o Sr. Fernando Santos como Presidente, a Dr.^a Joana Vergas como 1ª Secretária e o Sr. Jorge Pisca como 2º Secretário, com 15 votos na lista A, 11 votos da lista B e 1 voto em branco. -----

Lista A: Fernando Santos; Joana Vergas; Jorge Pisca. -----

Lista B: Pedro Barata; Paulo Mota; Gonçalo Gaspar. -----

2 – PROTOCOLO RELATIVO À APLICAÇÃO DO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DO CARTAXO NO ÂMBITO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CARTAXO -----

(Troca do ponto 3 pelo 2 de acordo com o requerimento da CDU, aprovado por unanimidade.) -----

O Senhor Presidente, esclareceu que, de acordo com o regimento, o público já tivera o seu período de intervenção. -----

-- Informou que tinha dado entrada de uma Moção do BE. -----

-- Deu palavra à Prof.^a Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), leu a sua intervenção. (Anexo 4). -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), leu a Moção apresentada pelo BE. (Anexo 5) -----

-- Afirmou que as rendas eram a única coisa que a Cartágua dava ao Cartaxo. Face ao restante investimento, não havia qualquer quadro que demonstrasse o mesmo. -----

-- No entanto, no que se podia constatar do documento distribuído, a renda iria ser retirada para argumentarem a descida do preço da água. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), cumprimentou os presentes. -----

-- Começou por fazer alusão à expressão do Sr. Presidente da Câmara, quando o Dr. Pedro dizia que se dava com uma mão e se tirava com outra. Disse que percebia o porquê, dado que o BE chegara a propor, em tempos, no 1º tarifário, essa situação porque não existia tarifário social. -----

-- Acrescentou que nos 2 meses que a Cartágua disse que não podia fazer o acerto, o BE tinha proposto que fosse a Câmara a dar o dinheiro através das rendas. -----

-- Disse que a Cartágua tinha mandado uma carta a dizer que tinha feito um forte investimento numa rede antiga, que tinha despoluído as linhas de água e que tinha feito saneamento básico em algumas ruas. No entanto, na Assembleia anterior a Cartágua tinha dito que tinha efetuado obras em duas ruas (Moinho Saloio e Prioste) e que tal não tinha sucedido. O mesmo tinha dito o Presidente da Junta de Vale da Pinta, que afirmara que tinha visto as obras no terreno. -----

-- As obras em questão só tinham começado no dia 16 de Agosto e a nota da Cartágua a informar da intervenção era de 8 de Julho. -----

-- Disse que devido ao facto da Câmara dar 'dinheiro a ganhar' à Cartágua é que não tinha verba para pagar aos contribuintes do cartão sénior as despesas da farmácia. -----

-- Apesar da Cartágua e do Sr. Presidente da Câmara terem dito, quando a água subiu, que a subida tinha sido de 1 euro. No entanto, numa última entrevista que o Sr. Presidente tinha dado à comunicação social afirmara que o preço iria descer de 20 euros para 7 euros, por isso, o aumento tinha sido superior. -----

-- Fez alusão ao facto de existirem pessoas que já tinham colocado os novos tarifários nas redes sociais e feitos os seus comentários, antes da reunião de Câmara e a quem o Sr. Presidente da Câmara tinha chamado de arruaceiros, ameaçando fazer queixa ao Ministério Público. -----

-- Refere que desde o final de 2009 estava à espera que fosse entregue o relatório, que dava um ajuste direto, sobre a avaliação do campo da feira. Aconselhou o Sr. Presidente da Câmara a colocar essa questão ao Ministério Público. -----

-- Face à RayHuman disse que era uma situação grave porque a Câmara tinha pago 90 mil euros para uma empresa vir fazer um estudo de organização do pessoal. -----

O Senhor Presidente, informou a Dr.ª Odete Cosme que estava a fugir do assunto da ordem de trabalhos. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), conclui dizendo que algumas Câmaras não tinham pago nada ou tinham pago muito pouco por esse tipo de estudo. -----

O Senhor Presidente, em exercício, deu a palavra à Dr.ª Rita Monteiro. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Rita Monteiro (PS), cumprimentou os presentes. -----

-- Disse que face ao ponto gostaria de ser esclarecida face a alguns dos pontos, nomeadamente: quantos anos estavam implícitos no 'mecanismo temporário e transitório' e quais os investimentos que iriam ser antecipados. -----

-- Esclareceu que não estava de acordo com o decréscimo no valor da retribuição anual que a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara iria receber por parte da Cartágua.-----

-- Verificou que estava em falta o tarifário social e as famílias numerosas que deveria de constar no documento. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), começou por fazer referência a uma carta que já tinha sido apresentada pelo BE e que tinha sido distribuída por todos os munícipes (pela Cartágua) e cuja assinatura era ilegível, não se sabendo quem era o responsável. Deste modo, se quisesse responder não saberia quem era o responsável. -----

-- Referiu que na última Assembleia tinha-se chegado a um entendimento em torno de algumas conclusões, em que a mais pertinente fora aquela em que resultava de um entendimento que a Câmara Municipal teria de fazer com a Cartágua para apresentar um novo tarifário. Esse tarifário estava a ser discutido naquela sessão. -----

-- Face à proposta de deliberação do ponto em discussão, achava curioso um dos parágrafos quando mencionada que a "aplicação do referido tarifário acarreta alterações aos valores globais a pagar por significativo números de utilizadores". Esta questão era muito importante porque tinha ouvido responsáveis municipais dizer que se iria ter a água mais barata na região e os responsáveis da Cartágua tinham dito que o aumento, em média, seria de 1 a 2 euros. -----

-- Na mesma proposta informou que estava escrito o seguinte: "O Concedente e a Concessionária estão dispostos a acordar na aplicação de um mecanismo temporário e transitório (...)". Por vezes o temporário sabia-se quando se começava e não se sabia quando terminava, afirmou. Assim como a questão da transição. Tudo isto era preciso ficar esclarecido. -----

-- Acrescentou que ia existir uma forte repercussão nas rendas da Câmara face à retribuição anual.

-- Explicou que a Câmara tinha feito uma concessão à Cartágua por um período de 30 anos e que no 1º ano a Câmara tinha recebido 7 milhões de euros, no 2º ano receberia cerca de 1.5 milhão de euros e nos restantes anos, até perfazer o ano 30, iria receber 600 mil euros nos primeiros anos, depois passaria, para o ano 10, para 400 mil euros e no ano 28, receberia cerca de 300 mil euros. --

-- Isto significaria que com o passar dos anos a Autarquia teria cada vez menos receita. -----

-- Afirmou que se falava da antecipação de investimentos mas, não se sabiam quais eram. Se havia um entendimento entre a Câmara e a Cartágua face ao tarifário, esta última deveria de disponibilizar os investimentos previstos e os que já tinham sido realizados. Dai achar que tudo tinha sido feito de uma forma muito 'atabalhoadada', sendo o tarifário o único documento consistente.-

-- Referiu que as rendas, tal como se falara na sessão anterior, serviriam para pagar o aumento de preços de Julho e Agosto. No entanto, a proposta que era apresentada era uma 'trapalhada' porque, apesar de a água começar a ser mais barata, as rendas da Cartágua iriam subsidiar os preços pagos pelo consumidor. -----

-- Dai afirmar que o tarifário a acordar com a Cartágua tinha de ter em consideração aquilo que a Cartágua poderia ganhar, ou seja, ganhar um pouco menos, porque caso contrário não tinha valido



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a pena fazer a concessão, uma vez que não era o munícipe a ficar prejudicado pelo tarifário, a Câmara, também, não devia de ser prejudicada na renda. -----

– Propõe que a posposta de deliberação seja mais explícita e mais completa para que possa ser aprovada. Se o mesmo não sucedesse e a proposta for votada pelo PS, este arcaria com as consequências. Como a proposta está, o PSD não a votará. -----

– Fez menção que o Sr. Presidente disse que se ia embora, só que tendo sido eleito e tomado decisões nesta área, não poderia ir-se embora e deixar os 'problemas para os outros'. Nesse caso teria de existir eleições. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Fernando Domingos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), começou por cumprimentar os presentes. -----

– Pensa que face à questão da água era uma questão que estava inquinada porque tratando-se de uma concessão, que tem um contrato, não conseguira verificar onde é que a Cartágua e a Câmara Municipal não tinham cumprido o mesmo. -----

– Detetado o incumprimento o problema deveria de ser resolvido. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), esclareceu que a Cartágua tinha-se comprometido a fornecer água de qualidade, coisa que não sucedia, de acordo com as análises. Deu outro exemplo de incumprimento, nomeadamente, que a Cartágua tinha apresentado um quadro de investimentos que não tinha cumprido. -----

– Informou que tinha pedido, via Mesa, para pedir ao Executivo um quadro com os investimentos que tinham sido feitos, com data e valor e outro quadro em que a Cartágua se propunha a antecipar, com data e valor e que nenhum dos quadros tinha sido entregue. -----

– Pedira ao Sr. Presidente da Câmara a cópia do ofício a remeter o contrato adicional ao Tribunal de Contas e que até, à presente data, não tinha recebido. E sabia que não ia receber porque contactara o Tribunal de Contas e até à última semana, nada tinha sido rececionado. -----

– Refere que há uma cláusula no contrato que se dizia se houvesse interesse público poderia haver rescisão, assim como, se houvesse incumprimentos graves. -----

O Senhor Presidente, - deu a palavra ao Sr. Fernando Domingos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), sendo assim, aconselhava a pedir a revogação do contrato. -----

O Senhor Presidente, em exercício, procedeu à votação da Moção do BE, informando que de seguida iria pedir a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. -----

Moção do BE – “Dar com uma mão e tirar com a outra” -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, rejeitar por maioria, a Moção do BE – “Dar com uma mão e tirar com a outra”, com 11 votos a favor, 7 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 15 votos contra do Grupo do PS e 1 abstenção PS. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, disse que tinha pedido à Mesa para distribuir os mapas de investimentos executados e os que eram para antecipar, bem como, o mapa comparativo com os valores se quão ser aplicados a partir de Setembro, com os acertos. -----

-- Pediu para ser distribuído o tarifário das famílias numerosas e o tarifário social que se mantinha.--

-- Face à questão da sua saída, haveria sempre continuidade de projetos. -----

-- Disse que o tarifário em causa tinha a aplicação de um ano e que estava no protocolo, renovável. Poderia continuar indefinidamente, com as alterações que os órgãos autárquicos entendessem em conjunto com a Cartágua.-----

-- Para além de se tentar garantir uma melhoria contínua das informações junto da Cartágua, como era o caso da faturação detalhada, queriam honrar o compromisso assumido, que era a baixa dos preços fatura da água, no mês de setembro, com os devidos acertos. -----

-- Face à questão da renda e face à moção que tinha sido apresentada, afirmou que aquilo que tinha sido assumido, que até tinha sido proposto pelo BE, foi para que existisse uma compensação do tarifário que não estava adaptado para um determinado número de meses e que poderia ser compensado pela renda. -----

-- No caso das projeções feitas pelo Dr. Vasco Cunha, disse que o que estava em causa era cerca de 25% daquilo que era a renda do ano seguinte, 150 mil euros, isto porque a Cartágua iria assumir uma parte como era o exemplo das famílias numerosas e as IPSS's, -----

-- Salientou que, tinha de existir muita seriedade nas matérias que estavam a ser abordadas, nomeadamente, no tocante ao documento que estava a ser discutido, tinha havido um empenho da parte da Câmara e da Cartágua na elaboração do mesmo para honrar os compromissos que tinham sido assumidos, tendo conseguido bons resultados. Acrescentou, ainda que a ERSAR e o Tribunal de Contas estavam a acompanhar este processo. -----

-- Afirmou que compreendia que a CDU sempre estivera contra o processo de concessão, devido à sua doutrina e que o PSD que estado a favor da parceria com a EPAL e da concessão, tendo continuado nesse 'caminho' até ao dia que a Câmara negociou os tarifários com a Cartágua, havia uma certa coerência da parte do PSD. -----

-- Pediu à Mesa para distribuir um documento que demonstrava porque na política não 'valia tudo', havia de se fazer uma distinção de quem se maltratava e de quem defendia os interesses de todos. O que iria ser distribuído era algo que tinha preocupado os deputados do BE, que era a questão da renda que segundo ele, para os deputados era mais importante que a baixa na fatura da água e das tarifas. Informou que a Câmara tinha conseguido a custo zero a redução do tarifário social e das famílias numerosas, em negociação com a Cartágua, sem prescindir da renda. -----

-- Face à Moção do BE que tinha sido apresentada e rejeitada e que se estava a ser distribuída, era que se entregasse, em troca do tarifário que tinha sido negociado a custo zero, a quantia de 1.5 milhão de euros por ano. Dessa forma é que o dinheiro dos munícipes ia diretamente para a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cartágua, afirmou. -----

– Terminou, dizendo que tinham feito o melhor, que a baixa dos tarifários iria verificar-se em setembro e que teriam a oportunidade de acompanhar as 'obras no terreno'. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), afirmou que o Sr. Presidente da Câmara já tinha dado provas que a sua palavra pouco contava. -----

– Disse que o Sr. Presidente escusava de ter feito aquele 'pequeno espetáculo', porque existia gravações das reuniões. Informa que o que BE sempre fora contra esta situação, porque a água era do Cartaxo e que a venda da mesma só serviria para pagar os 50 milhões de euros de dívida da Câmara. -----

– Disse que a água não poderia servir para pagar dívidas do 'desgoverno do PS' porque enquanto houvesse pessoas que descontaram uma vida e que tinha dificuldades em pagar a água, correndo o risco de cortarem, contariam com o BE. -----

– Agradece o facto de ter sido distribuída Moção do BE e pede que todos a possam ler com atenção porque o tarifário social só tinha avançado por duas razões: a primeira, porque a lei o obrigava e a segundo, foi devido à indignação e contestação da população. -----

– Fez, ainda, referência que na mesma sessão o PSD tinha apresentado uma Moção similar e que a primeira (BE) tinha sido rejeitada e a do PSD não, ou seja, o PS não tinha votado a do BE. Isto acontecera porque se queria vender a água para pagar a dívida da Câmara mas, para tal, não contavam com o apoio do BE, salientou. Daí, pede a demissão do Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Eng. Pedro Barata. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata (PSD), disse que estava à espera de ver o Presidente da Mesa a mostrar a indignação por andarem pessoas, caso do Sr. Presidente de Câmara, que o acordo tinha sido feito para bem do Cartaxo, porque este só era estabelecido depois da Assembleia. -----

– Afirmou que o que tinha sido distribuído era a forma como o Executivo trabalhava com a Assembleia Municipal e com os deputados municipais, ou seja, tinham sido distribuídos documentos em plena Assembleia. -----

– Referiu que a Câmara iria passar um cheque de 150 mil euros à Cartágua para compensar mas pergunta o que é que a Cartágua tinha abdicado da negociação. -----

– Disse que o Sr. Presidente da Câmara iria apresentar números mas, o documento que estava a ser discutido não tinha qualquer número. Perguntou quem iria passar um 'cheque em branco' à Cartágua e à Câmara Municipal? -----

– Referiu que o cheque que se estava a entregar à Cartágua daria para pagar muitos protocolos a coletividades e era uma verba que iria diretamente da Câmara para a Cartágua. -----

– Conclui, lançando o repto de que se votasse em consciência. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), começou por referir que o Sr. Presidente da Câmara tinha dito que a Cartágua tinha feito 1 milhão de euros em investimentos mas, no documento que tinha sido distribuído em plena sessão, dizia que até Julho tinham sido executados 580 mil euros. Pediu para explicar porque é que o Sr. Presidente da Câmara insistia em 1 milhão de euros. -----

-- Disse que no contrato a Cartágua dava 1000l água à Câmara mas, que na adenda essa dívida tinha desaparecido. Pediu para que a Câmara informa-se quanto é que pagava em água. -----

-- Face à questão levantada pelo Dr. Dário, do Jardim de Infância do Cartaxo, que tinha pago 136m3 do contador da rede de incêndios, referiu que no contrato a rede de incêndios estava isenta de pagamento. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.^a Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), reforçou o que tinha dito o Eng. Pedro Barata quando se referiu que os membros da Assembleia eram 'maltratados', porque tinham sido distribuídos documentos novos, quando a análise tinha incidido nos documentos que foram distribuídos anteriormente, com a ordem de trabalhos. -----

-- Uma prova disso, foi o facto de referir numa intervenção que faltavam os tarifários sociais, quando os mesmos foram distribuídos durante a sessão. Disse que era necessário terem os documentos atempadamente para se poderem discutir melhor os assuntos e que esta era uma situação que se repetia com alguma frequência. -----

-- Afirmou que o que era mais importante para o público que estava a assistir à sessão era saber que tinha valido a pena as 'pessoas se mexerem'. No entanto, pensava que as coisas não estavam resolvidas, daí aguardar pelas próximas faturas. -----

-- Fez alusão ao último ponto da ordem de trabalhos que era muito importante e que fora pedido pelo BE, que era a questão dos parquímetros. -----

-- Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, apesar deste último ter dito que estava de saída, que fosse mais coerente e, que não dissesse uma coisa e fizesse uma outra, assumindo as suas responsabilidades até ao final. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Eng.^a Luísa Pato. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato (PSD), disse que tinha analisado as folhas que tinham sido entregues e que tinha duas dúvidas. Face à nota A - "...até à aprovação do regulamento de serviço..." - informou que não sabia o que significava o regulamento de serviço. -----

-- Para além disso, achava que o acordo fugia um pouco aquilo que era tido a nível nacional como 'família numerosa' que era existir mais de 3 filhos, ou seja quando se tinha 3 filhos já era considerada uma família numerosa e não mais de 3. -----

-- Em relação a alguns consumos apresentados (preços/consumo), não estava convencida e que tinha sido um bom acordo porque, as IPSS's estavam a ser penalizadas. Esperava, por isso, o esclarecimento nestas duas situações. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), estava um pouco aborrecida porque o Sr. Presidente tinha dito que eram 100 mil litros e que tinha sido corrigida quando disse quer era 1 milhão de litros. -----

-- Esclarecendo o Dr. Bernardo Pereira, disse que a cláusula tinha sido revogada e daí não se tinha direito a essa água. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), disse que gostava de ouvir os presidentes de Junta, que representam os seus fregueses, sobre a relação que estes tinham com a Cartágua, sobre a proposta de tarifário e o que pensavam sobre o negócio que tinha sido feito para o Concelho. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, o Protocolo relativo à aplicação do tarifário dos serviços de água e saneamento do Cartaxo no âmbito do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais do Cartaxo, com 12 votos a favor do Grupo do PS, 10 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 2 abstenções do PS. --

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), leu a sua declaração de voto. (Anexo 7) -----

3 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, COM AS ULTERIORES ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO: -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), disse que como o Sr. Presidente e o Sr. Vice – Presidente não estavam presentes a Assembleia não devia de continuar. --

O Senhor Presidente, suspendeu a Assembleia por 5 minutos. -----

-- Ao reiniciar os trabalhos, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), afirmou que iria falar de uma situação que vinha do ponto anterior, que era a análise da água, face à existência ou não de perigo para a saúde pública e pela entrega, ou não, às entidades de saúde pública da situação em causa.

Por isso, gostava que o Executivo dissesse qual era a qualidade da água do Cartaxo. -----

-- Na reunião que o BE teve com o Executivo, ao abrigo dos Estatuto da Oposição, tinham pedido para fazer uma pressão junto da C.P. para que a linha suburbana fosse até Santana porque não havia emprego no Cartaxo. -----

-- Disse que o Sr. Vice- Presidente tinha desistido dessa pressão e que tinha deixado de lutar por um passe social. Afirmou que a nível de política de desenvolvimento de uma terra, esse era um erro crasso, uma vez que nem todos os jovens tinham carro, dinheiro para a gasolina desse carro e para



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as portagens. -----
-- Para ele, uma cidade com qualidade de vida tinha uma boa rede de transportes públicos para as pessoas se deslocarem. -----

-- Assim perguntou ao Sr. Vice-Presidente, que tinha dito não haver problema em levar o carro até à Azambuja, se este tinha a noção da diferença de preços de uma viagem de comboio entre Santana – Lisboa e Azambuja – Lisboa. Ainda, questionou, qual tinha sido a última vez que o Sr. Vice – Presidente tinha ido de transportes públicos para Lisboa. -----

-- No tocante ao parque de Santa Eulália, tinha conhecimento que o mesmo já se começava a degradar, ao nível do jardim. Gostaria de saber como estava a ser gerida essa questão. -----

-- Face à Rua Batalhoz, perguntou porque é que as luzes estavam fundidas e existiam alguns buracos. Gostaria de ter uma explicação para o sucedido e em que estado estavam as obras. -----

-- Finalizou questionando porque é que não se pagava às pessoas portadoras do cartão sénior e porque é que a dívida não descia. Afirmou que a causa de ela não descer, já deduziam mas, gostava de ouvir a explicação por parte do Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente, informou que a Dr.^a Rita Monteiro tinha apresentado a declaração de voto face ao ponto nº 2 da ordem de trabalhos. -----

-- De seguida deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), pediu que se lesse a declaração de voto. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Rita Monteiro (PS), leu a declaração de voto. (Anexo 6). -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), face à análise da atividade do Município, queria saber porque é que a Cartágua estava a fazer limpeza das fossas sépticas, uma vez que estava impedida de o fazer. Disse que essa situação estava explícita na cláusula 9ª da adenda do contrato. -----

-- Disse que o Presidente da Câmara, através da Mesa, tinha informado que havia um tarifário – Edital 88/2011, mas que existia a tabela de taxas e licenças que era praticada pela Autarquia e que era mais baixa. Deu o exemplo de que um munícipe pela tabela da Câmara pagava 28 euros e com a Cartágua iria pagar mais de 100 euros, exigindo esta última uma caução. -----

-- Perguntou porque a Câmara não estava a fazer a limpeza das fossas. -----

-- Mencionou que estava em falta a documentação do estudo feito do campo da feira, que já tinha sido pedido ao Executivo e cuja resposta tinha sido que o mesmo estava a ser elaborado pelo departamento de administração e finanças. No entanto, alertou que já tinha decorrido um ano. -----

-- Face ao relatório de execução das avenças do Município perguntou se o mesmo não estava concluído. Referiu-se, ainda, ao mapa de pagamentos em atraso que tinha sido publicado no site, onde havia um valor de dívida à ADSE há mais de um ano. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-- No mapa publicado recentemente e face à dívida da Câmara, convidou todos os cidadãos a consultarem a mesma e enunciou os valores correspondentes. -----

-- Afirmou que nem os 70 milhões das águas deram para baixar a obra e que até admitiam dívida se vissem obra. Referiu que o Executivo tinha dito à comissão de utentes que as obras na estrada de Santana e do Setil estariam terminadas em abril. Mais tarde tinha sido afirmado que as obras estariam concluídas em julho mas, até à presente data, nada estava concluído. -----

-- Disse que tinha ido ao portal do governo e visto ajustes diretos a várias firmas unipessoais, uma delas - a Resumo Atual, pertencia a uma funcionária, à Eng.^a Ana Vitorino, que estava a trabalhar em regime de avença. Deste modo, gostaria de ter uma explicação por parte do Executivo. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Rodrigo Rodrigues. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Rodrigo Rodrigues (CDU), no uso da palavra leu a sua intervenção. (Anexo 7) -----

O Senhor Presidente, informou que tinha dado entrada na Mesa a declaração de voto do Sr. Fernando Domingos. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Fernando Domingos (PS), leu a sua declaração de voto. (Anexo 8) -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), começou a sua intervenção referindo-se ao PDM, que tinha sido discutido há 4 meses e que tinha ficado estabelecido que um deputado (que pertence à comissão de acompanhamento) faria o respetivo relatório sobre a evolução do mesmo, ou, faria uma intervenção oral numa sessão da Assembleia. Deste modo, solicitou alguns esclarecimentos ao deputado em causa. -----

-- Referiu-se aos protocolos com as coletividades que para o ano de 2011 ainda não tinham sido assinados e os mesmos deviam de estar em vigor a partir do dia 31 de março, de acordo com o regulamento. Mencionou que os protocolos referentes a 2010 ainda tinham verbas por liquidar. -----

-- Perguntou se iriam existir protocolos para 2011. Afirmou se a situação era para continuar valer a pena acabar com os protocolos e encontrar uma nova forma de prestar apoio às coletividades. ---

-- Face à atividade municipal referiu-se ao orçamento da Câmara que previa uma receita de 63.5 milhões de euros, tendo sido registado até final de julho, cerca de 11 milhões recebidos. Questionou porque é que em julho a execução orçamental correspondia a 17%. Disse que o orçamento era uma ilusão que se tinha arranjado uma verba de 63.5 milhões de euros para justificar os gastos. -----

-- Concluiu informando que a Câmara já tinha esgotado a capacidade de endividamento a médio e a longo prazo mas, o que era alarmante eram as dívidas a terceiros, a curto prazo, cerca de 20 milhões de dívida a fornecedores. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. António Pêgo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. António Pêgo (PS), respondeu à questão levantada



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo Dr. Vasco Cunha face ao PDM, dizendo que não tinha existido mais nenhuma reunião depois de ter apresentado o relatório das outras duas anteriores. -----

– Face à segunda reunião, já tinha informado que os organismos do Estado que faziam parte da revisão do PDM tinham apresentado as suas propostas e tinham sido efetuadas algumas correções após essas apresentações. Estava a aguardar nova reunião no decorrer do mês de setembro.-----

– Concluiu dizendo que não tinha trazido nenhum relatório porque não tinha existido mais nenhuma reunião. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. José Francisco. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. José Francisco (PS), evocando a questão do PDM afirmou que vivia numa terra pequena que tinha ficado prejudicada na 1ª revisão que tinha existido.-

– Gostaria que o novo PDM contemplasse aquele local, por forma, a permitir aumentar a construção. Daí lançar um desafio ao representante da Assembleia Municipal para que não se esquecesse das populações que vivem em meios rurais. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.ª Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares (CDU), abordou a questão do lugar designado por rossio em Porto de Muge, onde antigamente as pessoas faziam um pouco de praia e que, de momento, o curso de água era inexistente. -----

– Mencionou que alguém se tinha apropriado de umas das ilhas que se encontram no rio Tejo e que tinha colocado uma divisória nas margens do rio, para que o gado pudesse ficar naquele local, bloqueando a passagem de todos que queiram beneficiar daquele espaço. Essa situação deveria de ser denunciada. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Manuel Fabiano. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Fabiano (PS), em resposta à situação descrita pela Prof.ª Emília Soares, respondeu que a Junta de Freguesia de Valada estava preocupada e que o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR, já tinha estado no local. -----

– Informou que o espaço fora alugado pelo Estado. Afirmou que a única coisa que poderia ser feita era retirar a vedação à qual apelidou de aberração. -----

– Aproveitou a oportunidade para falar do PDM, no tocante à compensação que estava prevista para Valada, uma vez que esta estava a perder população. Disse que essa não era a solução.-----

– Acrescentou que a freguesia de Valada estava a perder população porque existia uma lei (lei da água) que proibia a construção na freguesia porque se considerava que os terrenos à volta dos aglomerados urbanos eram leito de cheias, quando existiam estruturas que protegiam essa situação, o caso dos diques. -----

–Era da opinião que a Assembleia Municipal deveria solicitar junto da Assembleia da República uma alteração à lei, ou, pedir uma exceção. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.ª Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares (CDU), referiu-se à iniciativa que a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CDU tinha feito na freguesia de Valada, no sentido de que a lei fosse alterada. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), dirigiu-se ao Sr. Manuel Fabiano dizendo para que se elaborasse uma proposta através da Assembleia de Freguesia, fazendo chegar a mesma à Assembleia Municipal, que o BE apoiaria e colaboraria com a mesma.---

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Eng. Pedro Barata. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata (PSD), informou que a proposta que se tinham referido já fora apresentada, pelo PSD, na Assembleia de Freguesia de Valada e tinha sido discutida na Assembleia Municipal. -----

-- Para ele, esse problema tinha surgido porque quando se tentou construir (2 obras) a Câmara Municipal do Cartaxo pediu um parecer que proibiu essa mesma construção. Relembrou que à data e enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia de Valada, tivera reuniões com o Presidente da Câmara para tentar resolver a questão. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, disse que no que respeitava à qualidade da água, as análises eram feitas com regularidade. Quando existe risco para a saúde pública as autoridades competentes eram alertadas, suspendia-se o fornecimento, temporariamente, havendo uma requalificação do sistema no ponto concreto. -----

-- Informou que o Executivo tinha dado indicações à Cartágua para que as análises fossem feitas por laboratórios locais, assim como, quando se faziam as subempreitadas, fossem contactadas empresas locais. -----

-- No respeitante à linha ferroviária, havia duas situações distintas: uma delas a linha que fora reativada há 2 anos (Coruche, Setil, Lisboa) e essa não tinha viabilidade para o Município do Cartaxo. Era uma parceria com Municípios vizinhos e não havia condições para tal. -----

-- Disse que deveria de se pensar numa ligação rodo - ferroviária que permitisse que os municípios tivessem uma ligação rodoviária para as estações e apeadeiros (CP) que serviam o Município. -----

-- Outra situação era o Cartaxo ficar englobado na linha suburbana de Lisboa, que do seu ponto de vista parecia ser muito complicado. A direção da CP já dissera que era impossível essa ligação. ----

-- Face aos passes sociais o Executivo já falara com a CP mas, esta não tinha dado resposta. -----

-- Mencionou que as obras na Rua Batalhoz e as do Parque Central estariam, brevemente, concluídas. No tocante aos quiosques do parque de St.^a Eulália a gestão era da Câmara até a entrega ser feita. Informou que durante um ano a empresa responsável pela construção daquele espaço seria responsável pela manutenção do mesmo. -----

-- Em relação à dívida por ard's, que tem vindo a diminuir, cifrava-se nos 14 milhões de euros e não de 22 milhões de euros como avançara da Dr.^a Odete Cosme. -----

-- Informou que a dívida a médio e a longo prazo, que estava a descer, era de 21 milhões de euros.

-- No âmbito da execução orçamental a mesma estava relacionada com a diminuição da receita



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

corrente. Naquele momento até se encontrava acima do que se tinha assistido nos últimos 3 anos, acrescentou. No presente ano a receita corrente estava com uma diminuição que ultrapassava os 4 milhões de euros, no final do ano. -----

-- Quanto ao limite de endividamento, a médio e longo prazo, devia-se a uma política seguida desde 2002 e que estava errada, no seu ponto de vista, e que por via do orçamento do estado tinham limitado a lei das finanças locais. E esta situação foi comum a vários governos. -----

-- Isso foi criando situações difíceis para os Municípios, como sucede no Cartaxo, com dívidas enormes a fornecedores e a empreiteiros. Passaram a ser os empreiteiros a ter que assumir, junto da banca com contratos, aquilo que a lei da execução orçamental, dos sucessivos governos, forma impondo às Autarquias. Fizera-se obras que foram pagas por endividamento de curto prazo, junto dos fornecedores e empreiteiros. -----

-- Fez-se dívida de obra junto dos empreiteiros quando a mesma devia de ter sido contraída junto da banca, de médio e longo prazo. Foi esta razão que produziu um desequilíbrio estrutural do Município do Cartaxo e de todos os outros. -----

-- Face ao desafio deixado pelo Dr. Vasco Cunha, disse que tinha certeza que ia deixar o Concelho com obra feita e com a estabilidade das faturas da água quanto aquilo que poderia ser a postura do Dr. Vasco Cunha noutros fóruns, como a componente das privatizações, dando o exemplo da empresas Águas de Portugal. -----

-- Face ao BE, disse que era da opinião de que a Assembleia Municipal devia de ter a sua dignidade, daí pedir ao BE que não usasse expressões como: 'patrão', 'camarada de armas', ou, 'declarações falsas do ROC'. Afirmou, ainda, que muitas vezes o BE até tinha razão mas, a forma como transmitia a informação, fazia perder essa mesma razão. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), disse que a expressão 'camarada de armas' tinha sido usada em primeiro lugar pelo Sr. Vice – Presidente. Afirmou, ainda, que o Sr. Presidente da Câmara, também, usava palavras de que o BE não gostava, dando o exemplo, de que eram acusados de arruaceiros. -----

-- Informou que não se tinha enganado no cálculo dos ARD's mas, que tal não era verdade porque o Presidente da câmara só tinha falado no capital, sem mencionar os 8000milhões dos juros. -----

-- Face à receita de 4 milhões de euros que fora anunciada, pergunta porque tinha sido colocado no orçamento 63 milhões, acusando que os orçamentos da Câmara tinham sempre um desvio. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), face à intervenção do Sr. Presidente da Câmara referiu que não era verdade que todos os Municípios estivessem na situação da Câmara Municipal do Cartaxo. Deu o exemplo da Câmara Municipal do Porto que era a que tinha as melhores 'contas' do país. -----

-- Afirmou que a Câmara Municipal do Cartaxo estava na situação atual já fazia 6/7 anos e que



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos tinham conhecimento de quem a tinha colocado nessa situação. -----

– Disse estar disponível para falar do resultado em que se encontrava o país, sabendo, também, quem tinham sido os autores da situação atual. -----

-- No seguimento do que o Sr. Presidente da Câmara tinha afirmado, que era preciso fazer alguns sacrifícios e 'apertar o cinto', disse que não estava a ver essa atitude a ser aplicada na Câmara Municipal. Deu como exemplo, os 5000 euros que se tinham pago naquela semana face a publicidade que saiu nos jornais, bem como, uma fatura que tinha sido paga a uma entidade chamada 'Vira copos'. -----

O Senhor Presidente da Câmara, pediu a palavra para questionar se o Dr. Vasco Cunha iria votar favoravelmente a privatização da empresa Águas de Portugal. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), afirmou que teria gosto em responder quando fosse eleito para a Assembleia da República. -----

4 – ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E DE APOIO À FAMÍLIA PARA O ANO LETIVO 2011/2012/ PRÉVIA AUTORIZAÇÃO: -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Hélia Baptista. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Hélia Baptista (PSD), disse que sempre criticara o funcionamento das AEC's mas, o Ministério da Educação não a tinha ouvido. -----

– Face às AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular) no 1º ciclo, da rede pública de escolas iriam continuar a funcionar sem rigor ou qualidade. -----

– Informou que há alguns anos, por forma, a que os alunos passassem mais tempo na Escola, o Ministério da Educação tinha introduzido mais disciplina no 3º ciclo. -----

– Afirmou ainda, que o Ministério não tinha querido assumir todos os encargos destas atividades, um deles pagar aos professores, tendo passado esse mesmo encargo para os Municípios mas, de momento, era extensível a outras entidades, como as IPSS's. -----

– Referiu-se ao concurso anual de colocação de professores em que, naquele ano, cerca de 37 mil tinham ficado sem trabalho. Informou que os professores para as AEC's não entravam no concurso mencionado porque este era feito a nível local e que cada entidade promotora poderia adotar procedimentos diferentes. -----

– Com isto os professores a serem contratos para as AEC's poderiam não ser os melhores, daí o governo anterior ter criado legislação que defendia que eram ao agrupamentos de escola a aferir as habilitações dos professores das AEC's, sendo a contratação desses técnicos (professores), ter o aval dos agrupamentos de escolas. -----

--No entanto, a seu ver, o despacho não vinha resolver a questão de fundo e todo o processo de ensino e aprendizagem continuava em causa. Por isso, ficaria a aguardar pela posição do novo governo face a essa matéria. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.^a Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^o Emília Soares (CDU), afirmou que concordava com



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o que a Dr.^a Hélia tinha dito, principalmente, quando se referia ao elevado número de desemprego na classe dos professores. -----

– Disse que em matéria das AEC's, devia-se de respeitar as competências dos Municípios e dos Agrupamentos. Afirmou que na última sessão de câmara tinha sido retirado um ponto onde se fazia um ajuste direto a uma entidade e cujo procedimento não estava a ser o mais correto. -----

– Face à proposta que estava a ser discutida na Assembleia, correspondia dois anos económicos, 2011/2012. Questionou se a sua interpretação estava correta. -----

– Quis saber porque é que o concurso não tinha sido feito atempadamente e se o ano letivo com as atividades iria arrancar normalmente. -----

O Senhor Presidente, a pedido do Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente. -----

O Senhor Vice - Presidente da Câmara, face às questões levantadas, reforçou que AEC's seriam dadas através do Jardim de Infância do Cartaxo. Disse, ainda, que existia um protocolo de delegação de competências, no âmbito da educação, da administração central para a Câmara Municipal, tendo-se estas tornado próprias. Por isso, não era possível nomear uma entidade promotora. -----

– Informou que a forma legal que tinha sido encontrada para que se procedesse ao protocolo entre a Câmara e o Jardim de Infância, fora um protocolo tripartido, composto, pelos agrupamentos de escolas, a Câmara Municipal do Cartaxo e o Jardim de Infância do Cartaxo. Porque de outra forma, qualquer empresa poderia concorrer, onde se poderia correr o risco de ter um serviço mal prestado.

– Apesar de a proposta não ter sido discutida em reunião de câmara, disse que estava a ser discutida porque se restringia exclusivamente àquilo que era a competência da Assembleia Municipal quer era autorizar a despesa em anos económicos sucessivos. -----

– Termina dizendo que o serviço vai continuar a ser prestado pelo jardim de Infância e que irá fazer tudo para que tal aconteça. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), disse que depois da retirada do protocolo da reunião de câmara, o que sobrava para a Assembleia era discutir a aprovar a dotação financeira para a celebração daquela atividade. -----

– Não estava em causa as competências do jardim de Infância mas, o procedimento jurídico que estava a ser adotado para a contratação. Sugeriu que quando existissem os protocolos é que se deveria de efetuar a aprovação da proposta que tinha sido trazida à Assembleia. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Vice - Presidente da Câmara. -----

O Senhor Vice - Presidente da Câmara, disse que qualquer que fosse a entidade a fornecer o serviço, fosse via protocolo ou entidades terceiras, a verba e a cabimentação era a que estava proposta. -----

-- Sugeriu que se mantivesse a proposta. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Câmara, afirmou que a partilha pelos anos económicos era uma competência legal da Assembleia e tendo em conta o valor transferido da administração central para o Município, a Assembleia deveria de apreciar e aprovar a partilha pelos anos económicos. ---

– Disse que o que estava por decidir era a formatação jurídica de como se ia desenvolver a atividade. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), informou que não existia nenhuma Câmara Municipal na zona que tinha a prática que o Sr. Presidente tinha acabado de referir, que usasse a figura do protocolo e que fazia em dois anos económicos o pagamento daquela atividade. -----

– Só queria deixar o aviso que não existia, ainda, o instrumento jurídico que iria regular a situação das AEC's e a única informação que possuía era de como se ia fazer a despesa. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), afirmou que tinha percebido o que o Dr. Vasco Cunha tinha dito e disse que realmente tinha a noção que tinha de se repartir os encargos mas, para tal tinha de existir um cabimento e para tal era preciso existir um contrato. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Vice- Presidente. -----

O Senhor Vice - Presidente da Câmara, afirmou que o cabimento estava demonstrado, dando como exemplo o número de refeições a servir. Daí não existir dúvidas de que era uma competência da Assembleia, mesmo que não existisse a definição jurídica da forma como se vai proceder porque essa era uma competência do executivo. -----

–Referiu que se corria o risco de iniciar o ano letivo sem ter a autorização e a cabimentação para que haja repartição da despesa em dois anos económicos. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, as Atividades de Enriquecimento Curricular e de Apoio à Família para o ano letivo 2011/2012/, prévia autorização, com 11 votos a favor, 10 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PSD, 0 votos contra e 11 abstenções, 1 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), usou da palavra para fazer a sua declaração de voto, dizendo que o BE só se tinha absterido porque o assunto em causa deveria ter sido tratado de uma outra forma. Não votaram contra porque respeitavam as crianças do Cartaxo. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), usou da palavra para fazer a sua declaração de voto, dizendo que aconselhava o Executivo, futuramente, a desencadear o procedimento mais cedo para não voltar a suceder o mesmo. -----

5 – PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2012, COM A COBRANÇA EFETIVA PARA O ANO DE 2013: -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, deu início à discussão dos pontos 5, 6, 7 e 8 da ordem de trabalhos. -----

Deu a palavra ao Dr. Gonçalo Gaspar. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Gonçalo Gaspar (PSD), cumprimentou os presentes. Referiu-se ao ponto 6, dizendo que o PSD concordava com a proposta, uma vez que era algo que defendiam há anos. No entanto, disse que a medida não chegava para fixar mais empresas no Concelho. -----

-- Mencionou uma entrevista dada pelo Presidente da Câmara a um jornal a dizer que a zona empresarial do casal Branco estava a ser concluída mas, não era o que se verificava. -----

-- Face ao investimento da Avipronto que prometia a criação de vários postos de trabalho, relembrou que nenhum idá sido criado e receava que a empresa desistisse de investir no Cartaxo. -

-- Mencionou, ainda, a iniciativa da JDS, denominado "Cartaxo empreendedor" que ajudava o concelho a apoiar ideias inovadoras. Informou que o documento iria ser entregue à Câmara Municipal. -----

-- Com uma maior fixação de empresas no Cartaxo, para além de trazer mais impostos, aumentava a criação de postos de trabalho, concluiu. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.ª Emília Soares. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.ª Emília Soares (CDU), informou que em relação ao ponto 5,6 e 7 não tinham nada a opor. -----

-- Quanto ao ponto 8 disse que iam votar contra porque sempre foram contra os direitos de passagem porque as empresas visadas, que tinham descontos, nunca faziam refletir nas suas faturas aos clientes, esses mesmos descontos. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, informou que a política que tinha sido seguida no âmbito do IML, derrama e IRS, ia ao encontro da conjuntura atual, ajudando as famílias. -----

-- Face à intervenção do Dr. Gonçalo Gaspar, valorizou a iniciativa da JSD, que se enquadrava na estratégia delineada pelo Município no âmbito do empreendedorismo e na criação de empresas na área da inovação. -----

-- No entanto, disse não poder de deixar de mencionar um artigo que o deputado tinha escrito, intitulado 'Cartaxo á rasca', onde maltratava o Presidente da Câmara e afirmava que as áreas empresariais não estavam a ser desenvolvidas. Ressalva que não poderia haver 'Cartaxo empreendedor' sem as áreas empresariais que estavam no terreno. -----

--Afirmou que havia situações que poderiam levar algum tempo a ser resolvidas, como o caso das áreas empresariais mas, que devia de ser reconhecido todo o trabalho desenvolvido. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Eng. Pedro Barata. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Eng. Pedro Barata (PSD), disse que o PSD tinha sido uma luta de muitos anos face às propostas que estavam a ser apresentadas, nomeadamente, pela voz do Sr. Amândio Pina e como estava presente naquela Assembleia, afirmando que achava por bem



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mençãoar essa questão. -----

– Disse ainda que devia de ser reconhecida essa luta do PSD. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade, a Participação no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) relativamente aos rendimentos do ano de 2012, com a cobrança efetiva para o ano de 2013, com 21 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 1 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

6 – FIXAÇÃO DAS TAXAS DE DERRAMA PARA O ANO DE 2012: -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade, Fixação das taxas de derrama para o ano de 2012, com 21 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 1 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

7 – TAXA DE IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade, a Taxa de IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, com 21 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD, 1 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

8 – FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2012: -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, a Fixação da Taxa Municipal de direitos de passagem para o ano de 2012, com 20 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 4 do Grupo do PSD e 2 do Grupo do BE, 1 voto contra do Grupo da CDU e 0 abstenções.

9 – VALLEYPARK – PARQUE DE NEGÓCIOS, SA – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL: -----

O Senhor Presidente, deu início à discussão dos pontos 9 e 10 da ordem de trabalhos, com as votações separadas. -----

– Deu a palavra ao Dr. Vasco Cunha. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), afirmou que face aos dois pontos em causa tinha algumas questões a colocar. -----

-- Sabiam que o capital da ValleyPark era subscrito em cinco partes, sendo que a parte respeitante e à Imocom estaria numa situação crítica do ponto de vista financeiro. Havia uma proposta para o aumento de capital correspondente a 25% do capital social que a Câmara detinha e, havia uma outra proposta de aumento de 31 mil euros. Perguntou a que correspondia esse aumento de capital. -----

– Perguntou, ainda, como estava o processo da Imocom e qual era o limite para se fazer os aumentos de capital na empresa em causa. Disse que não tinha visto no business plan da empresa o aumento de capital que se estava, naquele momento, a discutir. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.ª Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.ª Odete Cosme (BE), perguntou se seriam distribuídos os relatórios de gestão da ValleyPark, para se poder votar a proposta. Lembra que já tinham pedido esses relatórios no último aumento de capital. -----

– Informou que o sentido de voto do BE seria contra. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.^a Emília Soares -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), afirmou que a Imocom estava em processo de insolvência e detinha 33.14% do capital. Perguntou se não ia afetar a ValleyPark.---

-- Solicitou, ainda, a entrega dos respetivos relatórios. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, disse que os Municípios não podiam fazer suprimentos nas parcerias público privadas, e no caso da Câmara do Cartaxo os 31 mil euros faziam parte da quota parte correspondente aos suprimentos. Acrescentou que a Câmara iria aumentar a sua participação no capital da ValleyPark.-----

-- Face ao aumento de capital, de 400 mil euros, iria permitir em termos de business plan, todas as dificuldades de financiamento até ao final de 2012.-----

-- Informou que para além do que tinha acontecido em termos de plano pormenor para o ValleyPark, bem como, a comprar dos terrenos o que tinha sucedido com maior relevância e despesa, estava associada à despesa de projetos. -----

--Explicou que a Imocom não estava insolvente pois, não estava ao abrigo do pedido de insolvência que entrou em sede de tribunal, o que significava que havia uma margem maior de gestão por parte da Imocom e Parque de Negócios, que estava na estrutura do capital. Disse, ainda, que a Imocom já não tinha poder, até em sede de assembleia-geral, para definir orientações estratégicas ou linhas de ação no business plan. -----

--Concluiu dizendo que a Imocom já não tinha poder para inverter qualquer decisão de negócio dentro da ValleyPark. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.^a Emília Soares -----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), falou que tinha ouvido anunciar pelo Governo a extinção de algumas empresas municipais e a ValleyPark tinha capital municipal. Pergunta, se a medida anunciada pelo Governo avançava e se havia alguma imposição para o Cartaxo. -----

O Senhor Presidente da Câmara, respondeu que o que poderia existir é um maior número de ações de controle por parte destas participações municipais nesse tipo de empresas, como iria suceder com as empresas municipais. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, o aumento de capital do ValleyPark – Parque de Negócios, SA, com 15 votos a favor do Grupo do PS, 4 votos contra, 4 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 6 abstenções do Grupo do PSD. -----

10 – VALLEYPARK – PARQUE DE NEGÓCIOS, SA – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL: -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, o aumento de capital do ValleyPark – Parque de Negócios, SA, com 15 votos a favor do Grupo do PS, 4 votos contra, 4 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE e 7 abstenções do Grupo do PSD. -----

11 – PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE UM REFERENDO LOCAL SOBRE A CONCESSÃO DE



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EXPLORAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO COBERTO NA CIDADE DO CARTAXO, COM A INTEGRAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS TARIFADOS DISPERSOS NA VIA PÚBLICA SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO, A UM PRIVADO PELO PRAZO DE TRINTA ANOS ----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), leu o projeto do BE. **(Anexo 9)-**

O Senhor Presidente, deu a palavra à Prof.^a Emília Soares.-----

A Membro da Assembleia Municipal, Prof.^a Emília Soares (CDU), leu a sua intervenção. **(Anexo 10)**. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Eng.^a Luísa Pato.-----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato (PSD), referiu-se que tinha sido aprovado numa Assembleia face à questão em causa, a apresentação predestinada à celebração de contrato de gestão e exploração do parque público. O que não percebia é como se tinha chegado à publicação deste anúncio em diário da república. -----

--Afirmou que tinha ficado na expectativa de poder vir-se a escolher entre 3 modelos de exploração dos parques de estacionamento, sem ser através de concessão. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Bernardo Pereira.-----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira (PS), começou por dizer que face à aprovação feita em junho, recordava-se de ter dito que o que se estava a aprovar não era um contrato de concessão mas, o procedimento de diálogo concorrencial. -----

-- Explicou que só após reunida a informação, através do diálogo concorrencial, o Executivo tomaria a decisão que poderia ser a exploração municipal do parque de estacionamento. Poderia, também, chegar à conclusão de concessionar 50% do parque. -----

-- Isto para dizer que só após o diálogo concorrencial é que o Executivo iria submeter uma proposta à Assembleia Municipal para deliberação.-----

-- Disse que só queria ressaltar esta questão, ou seja, que ainda se estava em diálogo concorrencial, não estando em curso nenhuma concessão, e chamar a atenção que um referendo tinha os seus custos. -----

-- Concluiu dizendo que o PS não ia votar contra o projeto que estava a ser apresentado. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme. -----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), afirmou que a Eng.^a Luísa Pato tinha a legitimidade de se sentir enganada pelo Sr. Presidente de Câmara porque quando tinha ido à Assembleia a escolha do procedimento, não tinham dado a informação de que tal tinha sido pensado para 30 anos. -----

-- Depois de se ter aprovado o diálogo concorrencial, disse que o que tinha saído em diário da república tinha sido a concessão de bens e serviços do domínio público e privado. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Bernardo Pereira.-----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Vasco Cunha (PSD), começou por dizer que



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concordava com o que o Dr. Bernardo Pereira tinha mencionado, no entanto a forma como tinha sido materializado o que fora discutido na sessão de junho era o que estava publicado em diário da república, que extravasava as deliberações tomadas. -----

-- Disse, também, que não tinha sido levado à sessão nenhuma documentação que fizesse alusão aos 30 anos. -----

-- Afirmou ter dúvidas face à proposta de refendo do BE, nomeadamente, tinha dúvidas face às propostas que poderiam ser aceites pelo Tribunal Constitucional, face ao objeto do referendo e face à data proposta pelo BE para a realização do referendo. -----

-- Concordava que o prazo de 30 anos era uma barbaridade, não tinha a certeza que a melhor solução para resolver a questão do parque de estacionamento fosse a concessão, tendo como mau exemplo a concessão das águas. -----

-- Concluiu dizendo que votava favoravelmente a proposta do BE. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Bernardo Pereira. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira (PS), disse que não se podia abrir o procedimento de diálogo concorrencial sem determinar os prazos. O que tinha dito anteriormente era que não se tratava de um concurso internacional mas, sim de um procedimento de diálogo concorrencial. -----

-- Repete que a concessão é algo diferente e que obedece a outros procedimentos. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Bernardo Pereira. -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), afirmou que o que o Dr. Bernardo Pereira disse era muito 'bonito' mas, questionou o Executivo sobre as intenções de ter uma concessão a 30 anos, sem dizer nada aos membros da Assembleia. -----

-- Disse que, pelo que lhe dava a entender, havia um consenso sobre a realização de um referendo, propondo uma melhoria das perguntas que constavam da proposta. Sobre a legalidade das mesmas, as perguntas seriam submetidas, posteriormente, ao Tribunal Constitucional. Este último poderia informar que era uma questão inconstitucional, ou, enviar à Assembleia Municipal as perguntas para serem reformuladas. -----

-- Informou que estava recetivo a propostas de melhoria das questões. Face à menção do prazo para a realização do referendo, explicou que a intenção era que o referendo se realizasse com a maior brevidade. -----

-- Acrescentou, ainda, que o BE era a favor da gestão municipal do estacionamento, considerando que não se tratava de uma batalha partidária mas, de todos os cidadãos. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara, agradeceu os contributos que tinham sido dados. Concorda que o referendo devia ser realizado e que o processo devia de seguir os trâmites legais, nomeadamente, devia de ser remetido ao Tribunal Constitucional porque existiam algumas dúvidas face à formulação das questões. -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-- Frisou que o diálogo concorrencial, que tinha sido aprovado pelo Executivo e pela Assembleia Municipal, iria facultar a informação necessária para escolher o melhor modelo de gestão do parque de estacionamento. -----

--Clarificou que as obras do parque central estariam concluídas em outubro e que a Câmara iria, naturalmente, gerir o estacionamento porque não havia tempo para concretizar qualquer outra opção. Futuramente, decidir-se-ia qual a melhor modelo de gestão.-----

-- Afirmou que os autarcas não deviam de estabelecer como prioridade se a gestão deveria ser pública ou privada mas, ter a noção do que importava para o Município era existir uma tarifa baixa. O custo para o munícipe era o mais importante. Tinha de se ter em conta os comerciantes, os moradores e os trabalhadores nas zonas envolventes dos parques, tanto à superfície, como o subterrâneo. -----

-- Conclui dizendo que a proposta podia ter sido apresentada anteriormente, ajudando a ultrapassar alguns problemas que poderiam surgir. -----

O Senhor Presidente, deu a palavra ao Dr. Pedro Mendonça.-----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça (BE), disse que o discurso que o Sr. Presidente tinha feito, já o tinham ouvido aquando da concessão da água, onde afirmara que o que o preocupava eram as tarifas mais baixas mas, não foi isso que aconteceu. -----

-- Daí afirmar que não conseguia acreditar nas palavras do Sr. Presidente. Quanto à extemporaneidade da proposta, quando viram que a proposta não tinha data, o BE desconfiou, tendo votado contra o diálogo concorrencial. O período por 30 anos era muito extenso, principalmente, quando não existiu debate em torno da questão. -----

--Quanto à questão do lucro, refere que as empresas privadas têm a legitimidade de fazerem a sua gestão em função do lucro, no caso da Câmara isso não sucedia porque estava em causa a qualidade dos serviços e não o lucro. Daí defender a gestão municipal.-----

O Senhor Presidente, deu a palavra à Eng.^a Luísa Pato.-----

A Membro da Assembleia Municipal, Eng.^a Luísa Pato (PSD), referiu que o Sr. Presidente tinha dado como um critério, o preço mais baixo mas, os mesmos não constavam na proposta aprovada em Assembleia Municipal, ou seja, não havia menção aos preços mais baixos para o estacionamento. -----

-- Afirmou que o anúncio era ilegal e que não tinha obtido resposta por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre o mesmo. No entanto, achava ser ilegal porque não tinha deliberado nada a 30 anos, nem sobre a concessão do parqueamento.-----

--Referiu, ainda, que já tinha passado o prazo para a apresentação de propostas, daí questionar se não tinham aparecido boas propostas. -----

-- Disse que não compreendia, que sendo a gestão municipal do parque, onde se iriam colocar os parquímetros no estacionamento subterrâneo, o porquê da existência daquele processo se não fosse o para concessionar. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, deu a palavra à Dr.^a Odete Cosme.-----

A Membro da Assembleia Municipal, Dr.^a Odete Cosme (BE), questionou o Sr. Presidente da Câmara se o concurso estava em vigor ou se estava suspenso.-----

-- Afirmou que a publicação do diário da república referia 360 meses mas, a publicação no jornal oficial da União Europeia tem 36 meses, havendo essa disparidade e sabendo que tinha sido comunicado a possíveis fornecedores que o concurso estava suspenso, havia uma cláusula que dizia que se devia dar publicidade da suspensão no mesmo órgão onde tinha sido feito o lançamento do concurso.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade, a Proposta de realização de um referendo local sobre a concessão de exploração do parque público de estacionamento coberto na cidade do Cartaxo, com a integração de estacionamentos tarifados dispersos na via pública sob gestão do Município, a um privado pelo prazo de trinta anos, com 24 votos a favor, 14 do grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE.-----

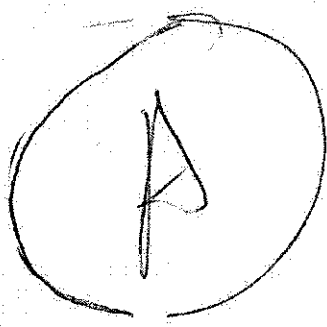
ENCERRAMENTO:-----

Não havendo outros assuntos a falar, o Sr.^a Presidente, deu por encerrada a sessão, às vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia.-----

Para constar se lavrou a presente ata, e eu, Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do Presidente, em substituição.-----

Fernando Manuel Pinto do Lito
Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio

ame 002



Cartaxo
Plut
4/100
Isto é
Bened

PROPOSTA

De acordo com o parecer da Dr.ª Maria José Neves, que junto remetemos, onde se afirma que "no que respeita à Presidência da mesa da Assembleia a sua substituição deve-se operar da mesma forma em que se realizou a sua eleição para a mesa", o grupo do Partido Socialista propõe a seguinte lista para a constituição da nova mesa da Assembleia Municipal:

- Fernando Santos (Presidente);
- Joana Vergas (1º Secretário);
- Jorge Pisca (2º Secretário).

Cartaxo, 1 de Setembro de 2011.

O Grupo do Partido Socialista.

Partido
Helo
[Signature]

(12
votos)

1 voto em
Branco

Anexo 3
LISTA → Assembleia Municipal (Mesa)
Candidatos

Presidente - Pedro Bando B

1º Secretário - PAULO MOTA

2º Secretário - Gonçalo Gaspar

01.09.2011
Termo de entrega
Pedro Bando de Almeida
[Signature]
Gonçalo Gaspar



Protocolo do Tarifário dos Serviços de Água e Saneamento

A Bancada da CDU ao fazer a análise a este documento, manifesta a sua discordância com algumas das situações preconizadas no mesmo, a saber:

- Que o protocolo defina que a aplicação das tarifas a pagar seja "um mecanismo temporário e transitório a pagar pelos utilizadores finais dos serviços e que permita um aumento gradual das mesmas, de modo a minimizar os efeitos dessa utilização".
- Concluimos que a 2ª cláusula favorece a Instituição Privada CARTÁGUA a qualquer preço, com a dedução à retribuição anual a pagar pela Concessionária à Câmara Municipal do Cartaxo como compensação do ajustamento temporário ao tarifário. Acaba por ser paga indirectamente por todos munícipes utilizadores, porque as verbas da Autarquia são do Erário Público ou seja dos contribuintes é como se pagássemos 2 vezes, por isso não concordamos com esta redução
- Na cláusula 3 define-se que este valor a pagar correspondente ao diferencial atrás referido será apurado por intermédio de relatórios a emitir e a enviar mensalmente pela CARTÁGUA, perguntamos que relatórios qual a seriedade dos mesmos? serão do faz de conta?
- Porquê a CARTÁGUA reiterar a sua obrigação de garantia da Qualidade nos serviços a prestar? Este deve ser um princípio da Empresa e não uma simples referência não só

dos serviços mas também e essencialmente do Bem em si ou seja, da ÁGUA como fonte de vida e gerador de Saúde, Segurança e Higiene Públicas.

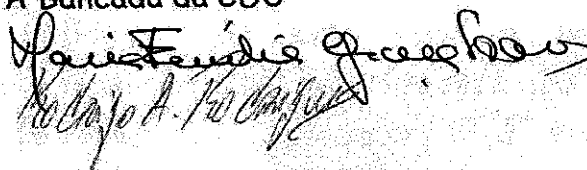
Nos consumos Domésticos de Água:

- Não é significativa a redução no 1º e 2º escalão.
- Retiraram o tarifário familiar e o tarifário social, visto que na presente tabela eles não vêm referenciados e a cláusula 7 diz "que o presente protocolo aglutina e substitui integralmente todos os anteriores acordos verbais ou escritos", portanto quer dizer que ficam anulados estes tarifários?
- As Instituições mais pequenas com menos consumo de água sentem um abaixamento com a criação de 2 escalões, mas as maiores que normalmente tem maior consumo de água acima dos 30m³ não tiveram redução no seu tarifário como por ex: Jardim de Infância do Cartaxo, Ateneu, Filarmónica do Cartaxo Lar de S. João e outras IPSS das Freguesias caso de Associações de Vale da Pedra, Ereira, V. Chã de Ourique Clubes de Futebol e muitas outras...
- As tarifas de disponibilidade na água não baixaram. Agora é que deram conta que só existe um calibre nos contadores 20mm, passou a 1,20€ na factura
- Quem realmente sente alguma redução significativa da tarifa de disponibilidade são os não domésticos do escalão 20 a 30m³ era 12,17€ passou para 3,81€ os outros mantêm-se iguais.
- Também na taxa de disponibilidade no saneamento dos domésticos existiam dois escalões e passou a um e pagam todos 2,6€6

- Não foram alteradas as tarifas dos outros serviços.
- Existe outra situação que carece esclarecimento, como pode a Cartágua fazer a limpeza das fossas sépticas nalgumas freguesias sem instalação do saneamento básico e cobrar taxas elevadas, quando o acordo aprovado na concessão no seu capítulo II - Objecto e Duração da Concessão na cláusula 9ª ponto 5 diz: A Gestão e Drenagem das Águas pluviais e a limpeza das fossas sépticas não são incluídas no objecto da concessão. Mesmo que tenha sido publicado em edital este ponto deveria ter sido objecto de aprovação em Assembleia Municipal. Achamos que é um preço exorbitante a pagar e mais ainda quando o depósito de limpeza vem quase cheio e ainda vai limpar mais uma fossa, não consegue retirar tudo volta a limpar e a utente paga a dobrar o serviço. Além disso as máquinas e pessoal são da Câmara e quem recebe é a Cartágua.

Como princípio básico para a CDU sempre fomos contra a concessão da Água e por todas as razões aqui descritas votamos contra este protocolo.

A Bancada da CDU



Cartaxo, 01.09.2011



Rejeitada

Amecias

RACÃO

1

[Handwritten signature]

Dar com uma mão para tirar com a outra

Perante a decisão que imposta pelos Cidadãos do Cartaxo de obrigar a uma reduzir o preço da factura da Água, o Executivo PS e a Cartágua concordaram na aplicação de um mecanismo **temporário e transitório** de aplicação das tarifas pagas pelos consumidores.

No que agora nos propõem é afirmado por duas vezes em apenas três páginas, que irão baixar as rendas pagas pela Cartágua ao Município do Cartaxo para compensar esta empresa privada desta redução de preço, repito temporária e transitória.

Com este expediente encontrado o que o Cidadão deixa de pagar na Factura passa a pagar via Impostos, "dá-se com uma mão para se tirar coma outra".

Parece óbvio que apenas a Cartágua fica de facto a ganhar com mais este "negócio da água", o que deixa de ganhar nas facturas é compensado pelo que deixa de pagar nas rendas que tem de pagar à Câmara.

Por esta razão e em defesa do Interesse Público e dos Cidadãos do Cartaxo, propomos a retirada imediata da alínea e) e da cláusula 2 deste documento, caso tal não seja feito consideramos que se está a enganar de facto e descaradamente a população.

Enquanto insistirem em "dar com uma mão para tirarem com a outra", não contam com o voto dos eleitos pelo Bloco de Esquerda. Não foi para isto que foram mandatados, o que foi acordado, tendo a população como testemunha foi encontrarem e proporem um tarifário mais justo, não uma forma de pagarmos o mesmo de maneiras diferentes.

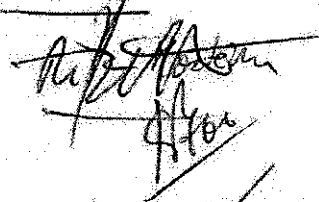
Cartaxo 1 de Setembro de 2011

Os eleitos pelo Bloco de Esquerda

Pedro Mendonça/Odete Cosme

Declaração Voto

Anexo 6



Ponto II - Protocolo relativo à aplicação do Tarifário dos serviços de água e saneamento do Cabaxo no âmbito do contrato de concessão da exploração e gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Brindadas do Cabaxo.

Por não ficar esclarecida em relação ao tempo implícito do mecanismo temporário e transitório e

Por discordar com o facto de a compensação na redução das tarifas (tarifas) na a conta da retribuição anual a receber pela Autarquia, e por mais uma vez documentos relevantes para a decisão terem sido entregues em plena assembleia.

Por tudo isto obtive - na votação referente a este ponto.

Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues



Ames



SESSÃO da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

1 de Setembro de 2011

Apreciação do Relatório de Actividades

Na página 8 - Não compreendemos porque vem referido na limpeza dos resíduos sólidos e urbanos a recolha de papel dos papelões e do vidro dos vidrões; Então não são recolhidos pela RESIURBE?

Na página 23 - Receitas Correntes só foi ainda realizado 27% em 7 meses do ano, e nas Receitas de Capital 17% em igual período. Que gestão é esta, o que aconteceu para estes resultados, ou o Orçamento estava mal feito ou não fizeram o que estava programado.

Nas Despesas Correntes na designação - Aquisição de bens e serviços correntes e de bens de capital foram gastos 2,6 milhões de euros em 34,5 milhões de euros preconizados no orçamento. Será por causa das medidas restritivas e os pagamentos aos fornecedores continuam com atrasos significativos?

A Bancada da CDU

João Luís Fagundes
Rodrigo A. Rodrigues

Cartaxo, 01.09.2011

DECLARAÇÃO DE VOTO

ABSTIVE-ME EM RELACAO AO PONTO 2
PELOS SEGUINTES MOTIVOS

1. IMPLICITAMENTE PELAS DECLARAÇÕES
QUE EFFECTUEI, OU SETA NÃO FUI
INFORMADO DOS INCUMPRIMENTOS
DAS PONTES EM RELACAO AO
CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLO-
RACÃO;
2. PORQUE CONSIDERO QUE CONTRARI-
MENTE AO QUE SE DIVULGA
NÃO EXISTE BAIXA DOS PREÇOS
DA FATURAS DE ÁGUA, MAS UM
PEQUENO AUMENTO GRUPO
DAS TAXAS.

João José 2



Ameuos

[Handwritten signature]

PROJECTO DE DELIBERAÇÃO

PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE UM REFERENDO LOCAL SOBRE A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE PÚBLICO DE ESTACIONAMENTO COBERTO NA CIDADE DO CARTAXO, COM INTEGRAÇÃO DE ESTACIONAMENTOS TARIFADOS DISPERSOS NA VIA PÚBLICA SOB GESTÃO DO MUNICÍPIO, A UM PRIVADO PELO PRAZO DE TRINTA ANOS

A Câmara Municipal do Cartaxo, em reunião de 2011/06/21, deliberou concessionar a exploração do parque de estacionamento coberto, situado no centro da cidade, bem como de 620 lugares de estacionamento à superfície, situados nas principais ruas adjacentes ao centro, a uma entidade privada. Esta decisão foi posteriormente aprovada por maioria, na sessão da Assembleia Municipal de 2011/06/27.

Para o alcançar, o procedimento a adoptar seria o diálogo concorrencial, cujo respectivo programa, apresentado na referida sessão, não referia o prazo de concessão (360 meses/30 anos);

Considerando que a dimensão do prazo corresponde a 7,5 mandatos autárquicos e que as suas implicações condicionarão futuras decisões do foro urbanístico no centro urbano do Cartaxo, é logicamente necessária uma reflexão profunda e objectiva com todos os Cartaxeiros sobre a relevância desta concessão, não só em termos de oportunidade, como de interesse público para o futuro do Cartaxo.

Depois de assistir a uma concessão do abastecimento de água e saneamento, por igual período, que até à data se manifestou totalmente prejudicial para os cidadãos, a troco de alguns milhões de euros para pura e simplesmente pagar dívidas da autarquia, (uma gota de água no mar de dívidas existente), prepara-se o executivo para repetir a receita, hipotecando mais uma vez o futuro dos Cartaxeiros e as receitas dos executivos vindouros.

Entendemos dever colocar o interesse público em primeiro lugar, há que dar a palavra aos Cidadãos do Concelho, pedindo-lhes que digam se concordam com a concessão dos 814 lugares de estacionamento na cidade do Cartaxo por trinta anos a uma entidade privada.

Argumentos como os utilizados para a concessão da água, de que: *"é o melhor para o Cartaxo"*, *"as tarifas vão ser as mais baixas da região"*, *"temos de olhar aos investimentos que irão ser feitos"*, não passam de promessas populistas e enganadoras, com resultados à vista. Um Poder Democrático não pode ignorar as manifestações de indignação da população como as que se verificaram face à concessão por trinta anos da água.

Por terem conhecimento da dimensão de mais este "negócio" vigente até ao ano 2042, os eleitos do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal propõem a realização de um referendo local para que sejam efectivamente os cidadãos a tomarem esta decisão.

Assim, propomos que a Assembleia Municipal do Cartaxo delibere nos termos e para os efeitos do artigo 240º, nº1 da Constituição e da Lei Orgânica nº 4/2000, de 24 de Agosto, apresentar ao Tribunal Constitucional e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo a proposta de realização de um referendo local em data a agendar no corrente ano, para que os cidadãos eleitores recenseados no Concelho do Cartaxo sejam chamados a pronunciar-se sobre as seguintes questões:

1 -Concorda que a Câmara Municipal do Cartaxo contratualize a concessão de exploração do parque público de estacionamento coberto, e de mais 620 lugares de estacionamento dispersos nas ruas circundantes ao centro, que são neste momento públicos, por um prazo de 30 anos a uma empresa privada?

2- Concorda que a gestão do estacionamento em espaço público no Município do Cartaxo deve ser feita pelos serviços da autarquia, e as receitas do mesmo, devem reverter para a Câmara Municipal?

Cartaxo, 23 de Agosto de 2011

Os membros do Bloco de Esquerda

Pedro Mendonça/Odete Cosme

Ponto 11 - Proposta de Realização de um Referendo

Tal como o dissemos na sessão da Assembleia Municipal do dia 28.06.2011 a quando da discussão deste ponto, achamos que se devem ouvir as pessoas sobre matérias tão importantes para a vida dos cidadãos.

Existe algumas opiniões que têm alguma razão de ser tais como o facto de se taxar grande maioria de ruas do centro da cidade à superfície é retirar o direito das pessoas a usufruir do espaço público que é de todos "tal como se dizia que a única coisa que é nossa são as ruas para passear" qualquer dia passamos a nem sequer ter esse direito.

Continuamos a clamar por alternativas, onde estão as bicicletas? As ruas só para transportes públicos? Os passeios em condições para os todos incluindo os que tem dificuldades físicas e motoras?

Assim votaremos a favor do referendo mas propomos que se constitua um Grupo de trabalho para o preparar do qual façam parte todas as força políticas, Associações representativas dos Comerciantes, a Comissão de Trânsito, Protecção Civil e outras que se afigurem de acordo com esta perspectiva.

A Bancada da CDU

João Luís Rodrigues
Adriano A. Rocha

Cartaxo, 01.09.2011